

PEC 6/2019

Lógica, impactos no RGPS e ausências no discurso do governo

Mai. 2019

Bráulio Santiago Cerqueira
Mestre em Economia
Secretário Executivo do UNACON SINDICAL

SUMÁRIO

1. Lógica da PEC 6/2019

2. Impactos no RGPS

3. Três ausências no discurso do governo

4. Conclusões

1. Lógica da PEC 6/2019

- Três dimensões principais da PEC 6/2019
 - a) ajuste focado na despesa
 - economia em 10 anos de R\$ 1,2 trilhão x R\$ 793 bi da PEC 287/2016
 - restrições ao acesso à aposentaria: idade mínima majorada, tempo de contribuição mínimo de 20 anos, BPC integral somente aos 70 anos, aposentadoria rural contributiva, regras de transição muito duras...

1. Lógica da PEC 6/2019

- Três dimensões principais da PEC 6/2019
 - a) ajuste focado na despesa
 - redução nos valores dos benefícios: média de todas as contribuições x média das 80% maiores (hoje); e desconto de 40% na média para quem se aposentar com 20 anos de contribuição

1. Lógica da PEC 6/2019

- Três dimensões principais da PEC 6/2019
 - b) desconstitucionalização
 - a PEC 6/2019 estabelece regras transitórias até a aprovação de Leis Complementares que disporão sobre:
 - idade mínima, tempo de contribuição, atualização monetária do salário de contribuição, teto do Regime, regra de manutenção do poder de compra das aposentadorias...

1. Lógica da PEC 6/2019

- Três dimensões principais da PEC 6/2019
 - c) capitalização
 - possibilidade de migração irrevogável do trabalhador do regime de repartição (solidário) para a capitalização (contas individuais) x capitalização hoje é complementar aos Regimes Geral e Próprio
 - contas individuais, a partir de contribuições definidas do trabalhador (a PEC não fala qual será ou se haverá contribuição do empregador, matéria de legislação complementar)

1. Lógica da PEC 6/2019

- Resignificando a PEC 6/2019
 - a) ajuste focado na despesa = **redução de direitos** (trabalha-se mais para se receber menos ou nem sequer se aposentar)
 - b) desconstitucionalização = **incerteza** em relação à preservação do direito já precarizado
 - c) capitalização = **fragilização das bases de financiamento da Seguridade** + maiores oportunidades de negócios para os bancos + menores (ou nenhuma) contribuições dos empresários

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

- R\$ 807,9 bi de economia (concentrada em redução de despesas) em 10 anos no RGPS = 65% do ajuste
- RGPS + Abono + BPC Idoso = R\$ 1,0 trilhão do ajuste = 81% do total

Impacto Estimado da PEC 6/2019 em 10 anos (R\$ bilhões)

RGPS	807,9
Urbano	743,9
Rural	92,4
Redução Alíquotas	-28,4
Abono Salarial	169,4
BPC/LOAS Idoso	34,8
RPPS União	224,5
Novas Regras	196,8
Aumento Alíquotas	27,7
Total	1236,6

Fonte: Ministério da Economia/Transparência Nova Previdência

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

- Regra geral da PEC:
 - idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres)
 - tempo mínimo de contribuição: 20 anos
 - redução dos valores de benefícios
- Três consequências principais na **clientela urbana**:
 - a) aumento da exclusão previdenciária
 - Para 2014, estimativas* apontam que 39% das mulheres e 19% dos homens que se aposentaram com 62 e 65 anos não completaram 20 anos de contribuição

* (Des)Proteção Social: impactos da Reforma da Previdência no contexto urbano, de Joana Mostafa e Mário Theodoro, Boletim Legislativo n. 65, 2017. Disponível em

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol65>.

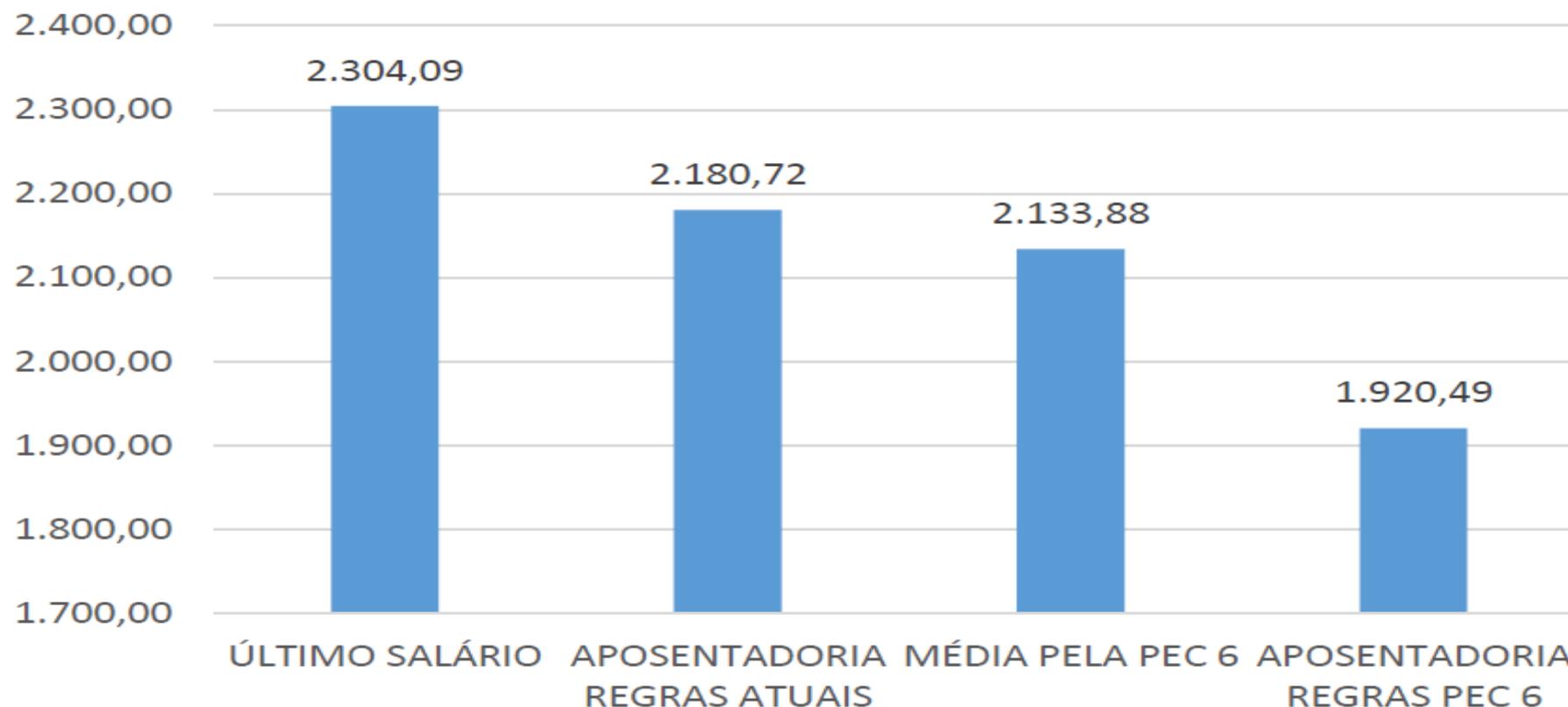
2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

- Três consequências principais na **clientela urbana**:
 - b) Achatamento dos benefícios
 - hoje, no RGPS, incluindo benefícios assistenciais, mais de 60% dos benefícios emitidos = salário mínimo
 - valor médio das aposentadorias da clientela urbana = R\$ 1.556,00 (dez. 2018)*
 - mudança do cálculo do benefício prejudicará mais quem tem mais dificuldade de contribuir (pela PEC 6/2019, 20 anos de contribuição dão direito apenas a 60% da média de todos os salários de contribuição)

* Boletim Estatístico da Previdência Social. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/boletins-estatisticos-da-previdencia-social/>.

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

Exemplo de valor da aposentadoria: regras atuais x PEC 6/2019 (R\$)



Fonte: PEC 06/2019: a desconstrução da Seguridade Social, Nota Técnica n. 203, DIEESE, mar. 2019. Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec203Previdencia.html>>.

Obs.: exemplo de trabalhador com salário equivalente a 5 mínimos em jul. 1994 e que tenha sido reajustado, em julho de cada ano, segundo o INPC anual mais 1% a.a. Completou 65 anos de idade e 35 de contribuição em jan. 2019.

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

- Três consequências principais na **clientela urbana**:
 - c) Quem conseguir se aposentar, trabalhará mais para receber menos

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

- **Trabalhador rural**

- regras atuais: 60 anos (homem), 55 anos (mulher), 15 anos de contribuição comprovados
- PEC 6/2019: 60 anos para homens e mulheres e 20 anos de contribuição monetária

- **Consequências**

a) aposentadoria rural será inalcançável para grande parcela da população mais vulnerável

b) de acordo com o governo, R\$ 90 bi a menos (em 10 anos) para a economia dos municípios

- **Ex. Caçapava do Sul (2017)**

- transf. Previdência: R\$ 123,0 milhões
- rural: R\$ 41,6 milhões
- arrecadação do município: R\$ 35,3 milhões
- FPM: R\$ 16,4 milhões

2. Impactos da PEC 6/2019 no RGPS

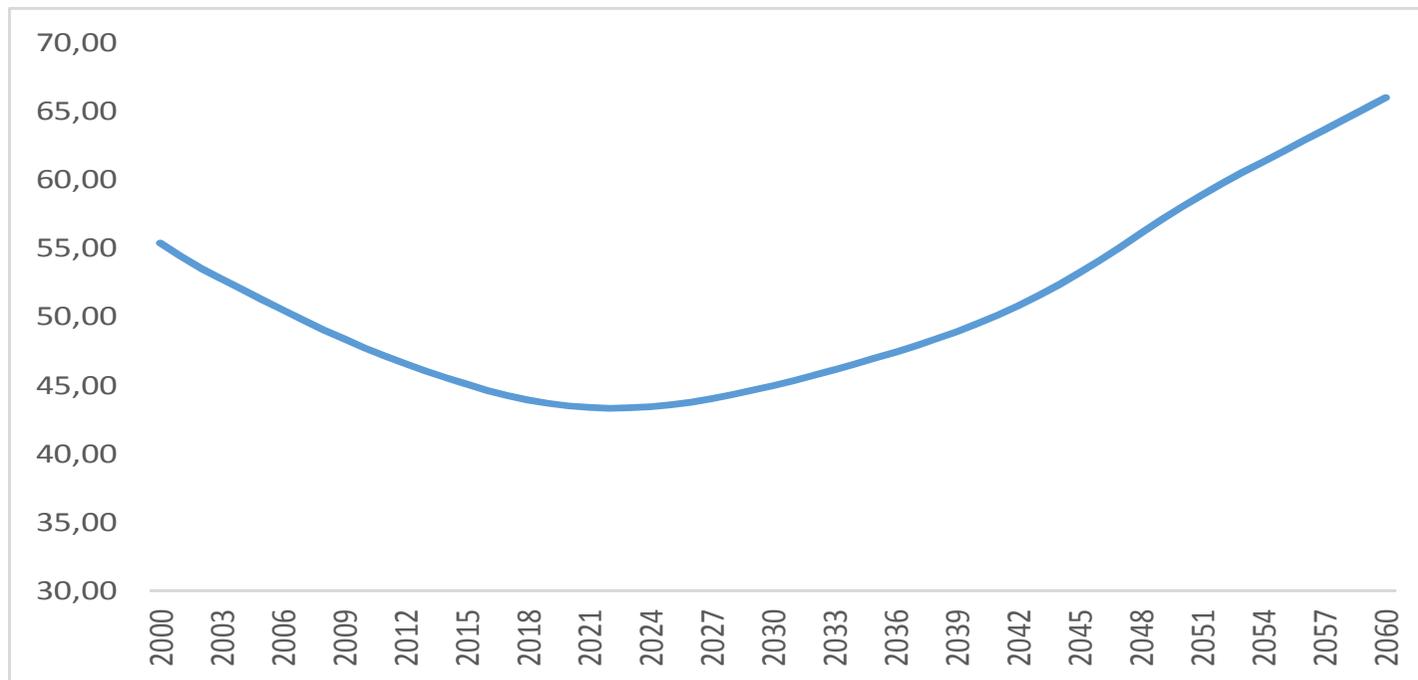
- Capitalização e **fragilização da arrecadação do RGPS**
 - Arrecadação Líquida do RGPS em 2018: R\$ 391 bilhões
 - Hipótese: 30% de migração para a capitalização
 - R\$ 117 bilhões de perda potencial de receita em 1 ano
 - R\$ 1,2 trilhão de perda de receitas em 10 anos, cifra próxima a toda a “economia” projetada com a PEC 6/2019
- A **proposta de capitalização**, em função dos custos de transição envolvidos, **sugere um cenário de crise fiscal permanente na Seguridade Social**

3. Três ausências no discurso do governo

I. Demografia não explica a deterioração atual dos resultados da Seguridade

- Somente em 2047 a razão de dependência igualará, para depois superar, a vigente em 2000

Razão de Dependência (%)*



* Razão de dependência = (Jovens de 0 a 14 anos + Idosos com 65 anos ou mais) / População de 15 a 64 anos

Fonte: IBGE/Tábua de Mortalidade 2013

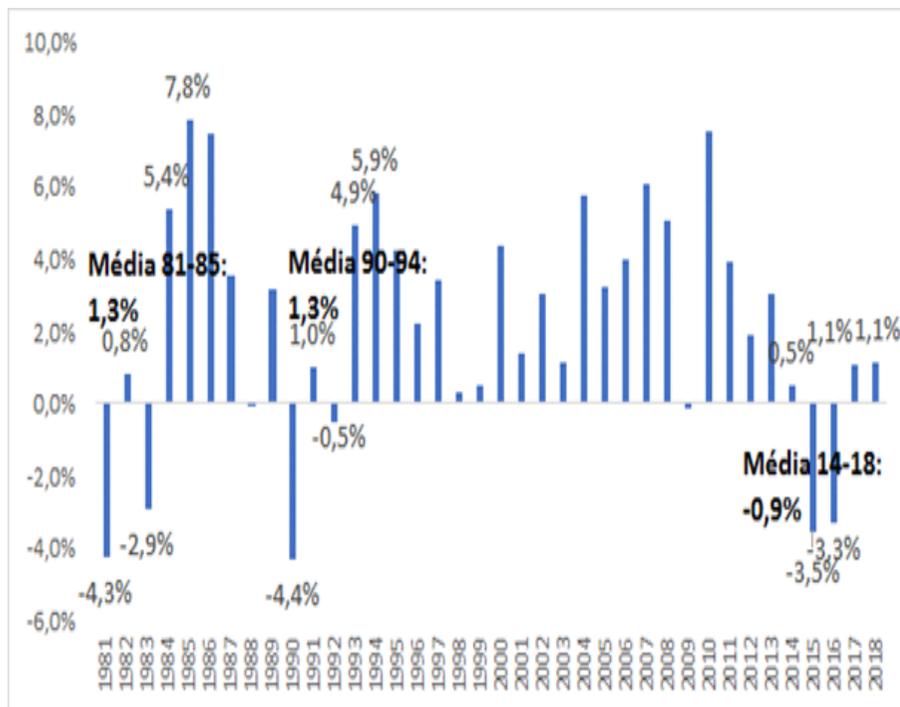
3. Três ausências no discurso do governo

II. Efeitos do ciclo/crise econômico(a) sobre a receita pública e previdenciária

- a piora dos resultados fiscais e do RGPS depois de 2014 se explica pela gravidade da crise econômica e pela redução de receitas, e não por suposta explosão de despesas
- **o problema não repousa no tamanho e no desenho do nosso sistema de proteção social (R\$ 1.270,00 foi o valor médio do benefício do RGPS em dez. 2018), que sempre pode ser aperfeiçoado (ao invés de destruído), mas na deterioração do mercado de trabalho e na tibieza do crescimento**
- precarização do trabalho, reduções de aposentadorias, e exclusão previdenciária agravarão a crise econômica, fiscal e social

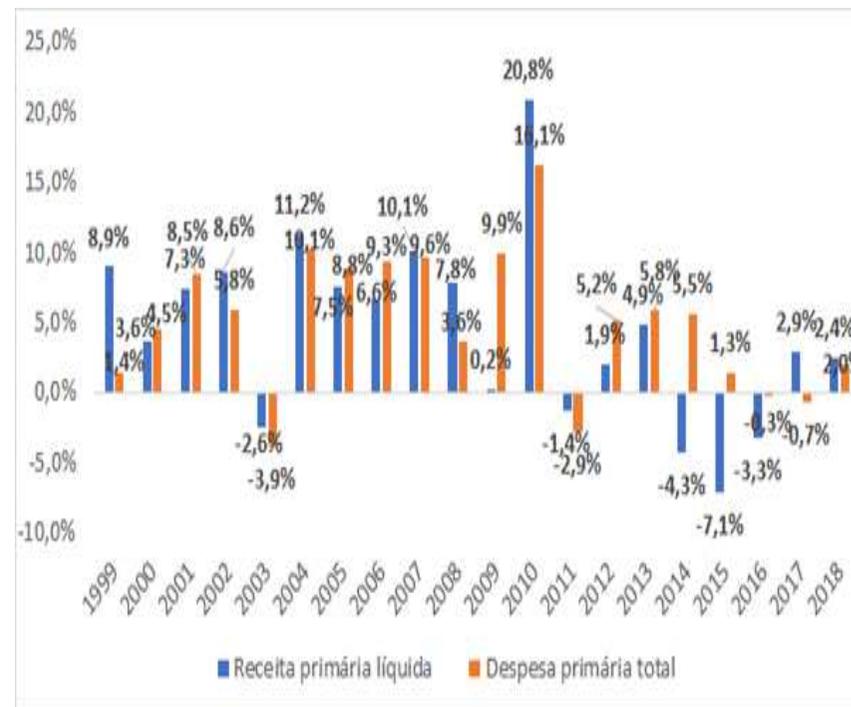
3. Três ausências no discurso do governo

PIB: var. real anual (%)



Fonte: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais

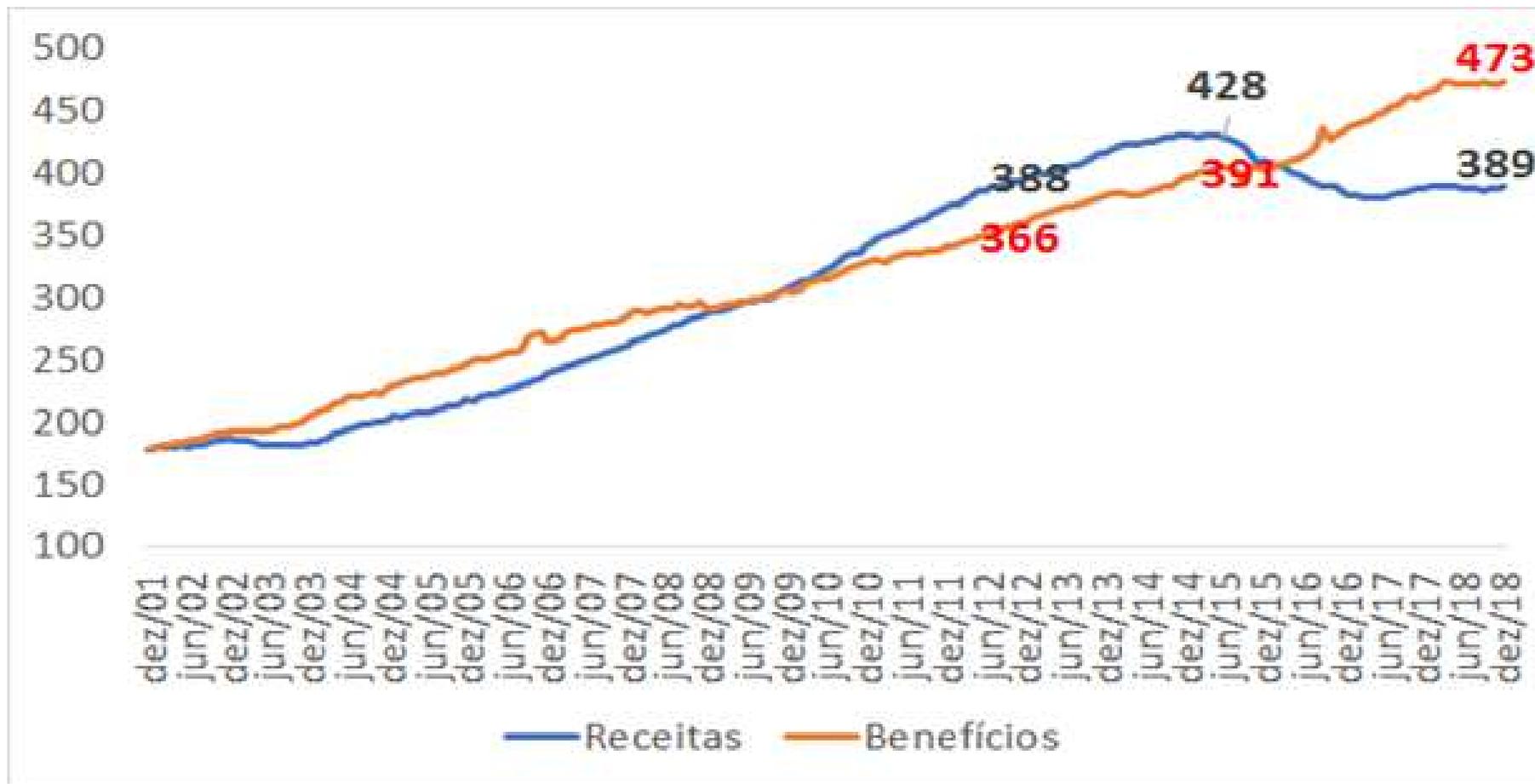
Gov. Central: receita primária líquida e despesa primária total (var. anual real)



Fonte: STN/Resultado do Tesouro Nacional

3. Três ausências no discurso do governo

RGPS Urbano: receitas e despesas (ac. 12 meses, R\$ fev. 2019)



Fonte: STN/Resultado do Tesouro Nacional

3. Três ausências no discurso do governo

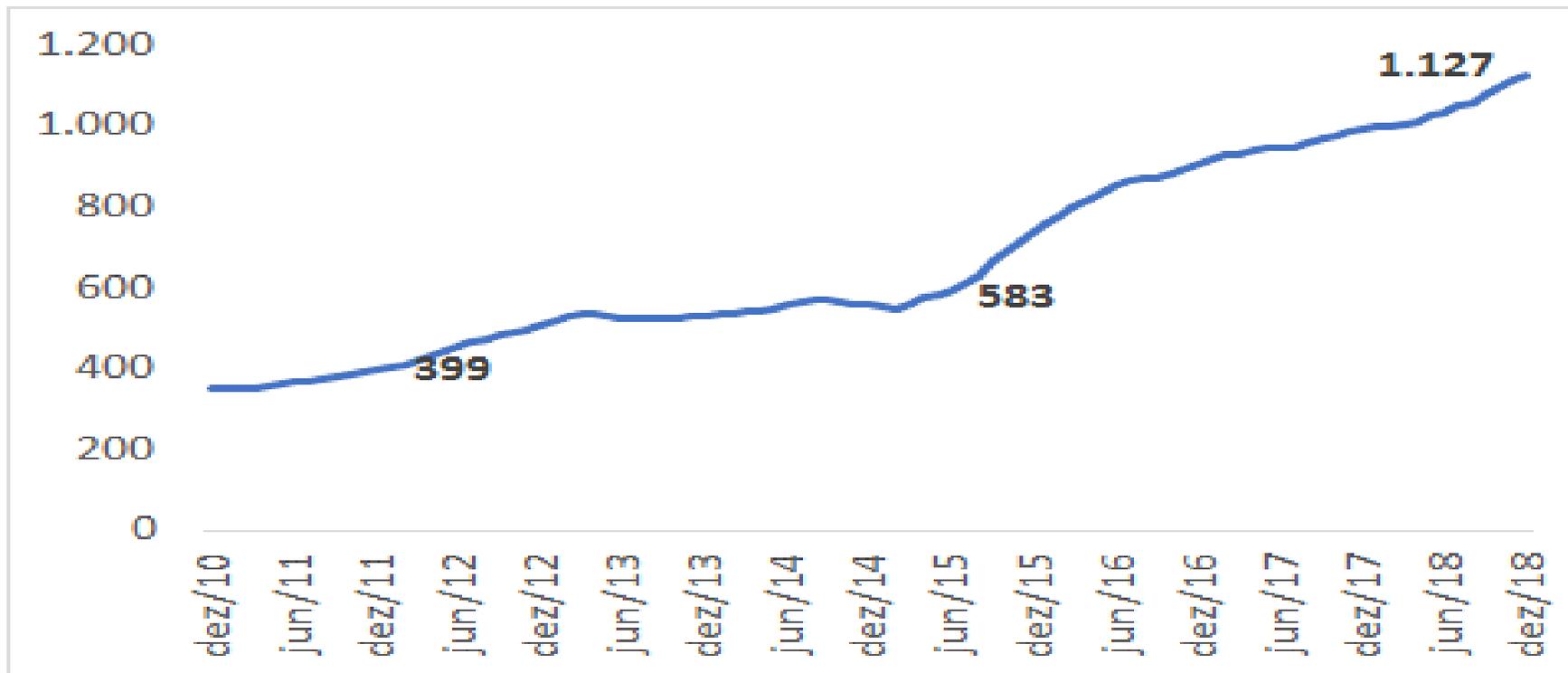
III. Governo Federal não está quebrado, tem e terá dinheiro

- Há alternativas a mais cortes de despesas e de direitos porque o Estado não se depara com as mesmas restrições financeiras das famílias
- Governos Centrais podem mais porque:
 - instituem e arrecadam impostos
 - são capazes de fixar a taxa de juros de sua própria dívida
 - emitem moeda
- Restrições ao uso das finanças em prol do emprego e do crescimento são de outra natureza:
 - insuficiência de oferta (não se aplica na recessão)
 - desequilíbrio externo (Brasil tem US\$ 370 bi em reservas internacionais)

3. Três ausências no discurso do governo

III. Governo Federal não está quebrado, tem e terá dinheiro

Conta Única do Tesouro (saldo médio em 12 meses, R\$ bi)

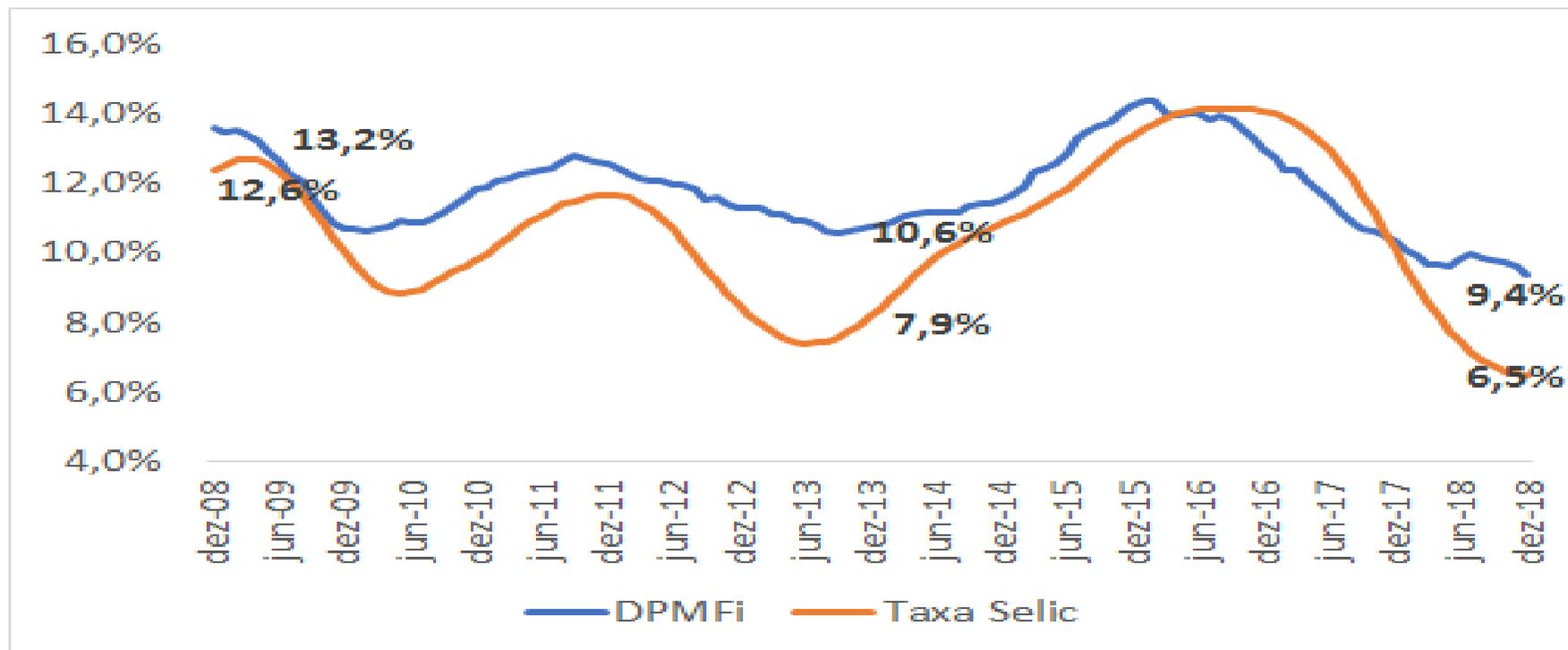


Fonte: BCB

3. Três ausências no discurso do governo

III. Governo Federal não está quebrado, tem e terá dinheiro

Custo médio da Dívida Interna e Taxa Selic (acumulados em 12 meses, % a.a.)



Fontes: STN/Relatório Mensal da Dívida e BCB

3. Três ausências no discurso do governo

III. Governo Federal não está quebrado, tem e terá dinheiro

- Hoje, a maior parte das restrições a um papel ativo das finanças públicas na recuperação da economia, com preservação e conquista de direitos, é auto-imposta
 - taxa Selic alta para padrões internacionais
 - meta rígida de primário, mesmo na recessão
 - teto de gastos primários comprimindo por 20 anos as despesas sociais e o investimento
 - “regra de ouro” sem cláusulas de escape

4. Conclusões

- Desconstitucionalização e capitalização
 - insegurança social
 - custos de transição desconhecidos podem agravar crise fiscal
- Reformas paramétricas em idade, contribuição, cálculo dos benefícios devem considerar
 - desigualdades
 - dificuldades do mercado de trabalho
 - diálogo na própria formulação entre governo, empregadores, empregados e aposentados

4. Conclusões

- Por que não empregar a energia destinada à precarização do direito fundamental à aposentadoria noutra direção?
 - a da retomada da economia com pactuação do desenvolvimento sustentável com proteção/promoção social
 - a da revisão do arcabouço macroeconômico expresso em Leis Complementares, Ordinárias e Decretos para seu uso em prol de todos (produção/emprego) e não de poucos (sistema financeiro)
 - a da reforma tributária solidária* que, ao lado da recuperação da arrecadação promovida pelo crescimento, racionalize e transforme o sistema tributário num instrumento de justiça social

* Reforma Tributária Solidária, ANFIP e FENAFISCO, 2018. Disponível em <<http://reformatributariasolidaria.com.br/>>.



**SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E
TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE**